

FLUXO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS ESTADUAIS DE SERGIPE: COMPARAÇÃO COM O NORDESTE E BRASIL

Hosenilde Vasconcelos Lima*

RESUMO

O objetivo desse artigo é fazer uma análise comparativa do fluxo escolar do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação de Sergipe em relação aos dados do Brasil e da região nordeste no período de 2007 a 2019, salientando assimetrias entre as dez Diretorias de Educação e entre as zonas urbana e rural. A interpretação dos dados estatísticos dos indicadores de rendimento escolar (taxa de aprovação, taxa de reprovação e taxa de abandono), coletados no banco de dados do INEP e do Censo Escolar do estado, mostra-se a partir da leitura de tabelas e gráficos comparando o desempenho de Sergipe com o resultado nacional e regional, do comparativo entre as Diretorias de Educação e das zonas urbana e rural. Os resultados do estudo revelam que Sergipe está com as taxas de rendimento aquém das médias nacional e regional nordeste, e que não há homogeneidade entre as regiões do estado, tão pouco entre as zonas urbana e rural.

Palavras-chave: Ensino Médio. Fluxo Escolar. Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

Fluxo escolar é o percurso do estudante durante sua vida escolar. Atualmente, no Brasil, ele é composto por três taxas: aprovação, reprovação e abandono¹. Embora o tema fluxo escolar exista nas escolas brasileiras com a chegada da educação seriada, desde o período colonial, Gil (2018) assinala que ele somente ganha importância e influencia políticas governamentais a partir de 1930 com os avanços estatísticos no campo da educação.

Segundo a autora, as estatísticas de educação referentes à matrícula, frequência e reprovação, sistemáticas e de melhor qualidade após 1931, foram determinantes para a percepção dos educadores e gestores públicos daquele período em relação àquilo que passava a ser considerado como “distorções” do percurso escolar dos estudantes, dando ensejo a um debate que acentuava as deficiências dos estudantes como causa do fenômeno e que propunha ações no âmbito da política educacional para tornar o ensino mais eficiente, mas não necessariamente mais adaptado às necessidades do alunado.

Desde então, muitos trabalhos de pesquisa se debruçaram sobre esse tema com o objetivo de entender o quantitativo de estudantes que tinha acesso à escola, alcançava o sucesso com aprovação ou sentia o peso do insucesso com a reprovação ou o abandono durante sua trajetória escolar.

No final de 1980, muitos comungavam do entendimento de que a evasão escolar era o grande desafio do sistema educacional brasileiro. Entretanto, com o desenvolvimento de novos modelos para o cálculo das taxas de fluxo escolar, percebeu-se que a evasão escolar se encontrava superestimada.

* A autora tem licenciatura em História, especialização em Gestão Educacional e é bacharel em Direito. Atua como Técnica Pedagógica na Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC/SE, no Serviço de Gestão em Avaliação Educacional, vinculado à Coordenadoria de Estudos em Avaliação e é professora de História na rede pública municipal de Aracaju/SE.

¹ O conceito adotado é o do INEP de abandono como a condição do aluno que deixa de frequentar a escola durante o andamento do ano letivo.

Nesse sentido, contribuíram significativamente os trabalhos de Fletcher e Ribeiro (1987) que publicaram o primeiro ensaio conjunto acerca dos problemas da educação básica. Em 1989, esses mesmos autores publicaram a versão original do Modelo Profluxo, um novo método de calcular o fluxo escolar. Por meio dele, foram demonstrados equívocos nas estatísticas oficiais. O debate foi intensificado com a publicação da Pedagogia da Repetência (RIBEIRO, 1991). Estava então claro que o maior problema do sistema educacional brasileiro não era a evasão, como antes se acreditava, mas as elevadas taxas de repetência.

Nesse mesmo ano, outros dois trabalhos (KLEIN, RIBEIRO, 1991; FLETCHER, 1991) ampliaram a discussão e o tema do fluxo ocupou lugar central no debate educacional brasileiro. A partir de então, foram implementadas várias políticas públicas para correção de fluxo, diminuição da repetência e melhoria da eficiência do sistema educacional. Os anos 1990 foram terreno fértil para estudos relacionados à temática e apontaram diversos caminhos para melhor quantificar o fluxo.

O próprio MEC alterou sua forma de estimar as estatísticas de rendimento. Na Geografia da Educação Brasileira (INEP, 2002), principal diagnóstico da educação nacional e melhor síntese de indicadores educacionais oficiais, o fluxo aparece definido de forma completamente distinta. A maior contribuição do estudo desses autores está na redefinição da reprovação, pois o cálculo de fluxo considerava como repetente apenas o aluno que cursava e concluía determinada série num ano e no ano seguinte voltava a frequentar a mesma série (reprovado por frequência ou desempenho). Os novos modelos de fluxo escolar incorporaram nesta definição os alunos afastados por abandono (estudantes que deixavam de frequentar a série e retornavam a ela no ano seguinte).

A evolução nas metodologias estatísticas tornou os dados mais fidedignos. No entanto, as taxas de reprovação e abandono ainda são bastante elevadas. Estudos como o de Ribeiro (1991) indicam que a prática da repetência está contida na pedagogia do sistema como um todo. É como se fizesse parte integral da pedagogia, aceita por todos os agentes do processo de forma natural. A persistência dessa prática e da proporção desta taxa nos induz a pensar numa verdadeira metodologia pedagógica que subsiste no sistema, apesar de todos os esforços no sentido de universalizar a educação básica do Brasil.

Atualmente, para se referir a fluxo escolar, o Ministério da Educação e o INEP utilizam a nomenclatura Taxas de Rendimento (taxa de aprovação, taxa de reprovação e taxa de abandono). Sendo assim, na taxa de abandono também são computados os estudantes evadidos.

Nas duas últimas décadas, impulsionado pela criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o fluxo escolar voltou a ser o centro de muitas e acaloradas discussões acadêmicas, pedagógicas e políticas, por ser ele um dos elementos que compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB).

Criado pelo Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) em 2007, o IDEB representa a iniciativa de reunir em um só indicador dois conceitos essenciais para avaliar a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações externas. O componente fluxo escolar é calculado a partir dos dados de aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar. Já o desempenho, é calculado a partir das notas de proficiências nas avaliações do SAEB. Assim, para melhorar esse índice, os estudantes têm que conjugar rendimento escolar com um bom desempenho nas proficiências em Língua Portuguesa e Matemática.

Atualmente, o acesso escolar no Brasil não é mais tratado como um problema, uma vez que o país avançou consideravelmente na universalização da oferta de ensino, chegando quase à integralidade das matrículas de todas as crianças.

Segundo Silva (2013), o grande problema do sistema educacional brasileiro passou a ser a repetência e a evasão. Nesse sentido, as políticas públicas implementadas no Brasil precisam se voltar para a qualidade da educação ofertada, que garanta a permanência do

estudante na escola. Melhorar a taxa de fluxo, aumentando aprovação e reduzindo reprovação e abandono é, então, um grande desafio que se impõe para o cenário da educação brasileira.

Esse é um desafio que também se faz presente no estado de Sergipe. As taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono) do Ensino Médio, segundo os dados do Censo Escolar de 2019, disponibilizados através do portal do INEP/MEC, são de 78,1%, 14,2% e 7,7%, respectivamente.

Observando e tratando os dados do Censo Escolar e dos indicadores educacionais (Taxas de Rendimento) disponibilizados pelo INEP, como técnica na Coordenadoria de Estudos em Avaliação Educacional da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe (SEDUC/SE), percebe-se que o fluxo escolar é preocupante. Além disso, durante a minha vivência em unidades escolares acompanho esse problema refletido nas turmas que leciono. Isso despertou em mim o interesse em observar e analisar os dados de fluxo escolar do Estado de Sergipe, mas especificamente aqueles referentes ao Ensino Médio, por ser essa etapa de ensino a mais desafiadora em termos de avanços consistentes no processo de aprendizagem da educação básica brasileira na atualidade, inclusive no Estado de Sergipe.

Partindo do cenário apresentado, o objetivo deste artigo é fazer uma análise comparativa do fluxo escolar do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação de Sergipe em relação aos dados do Brasil e da região nordeste no período de 2007 a 2019, salientando assimetrias entre as dez Diretorias de Educação e entre as zonas urbana e rural. Para tanto, serão de fundamental importância consultar e analisar os dados estatísticos dos indicadores de rendimento escolar (taxa de aprovação, taxa de reprovação e taxa de abandono) coletados no banco de dados públicos do INEP e do Censo Escolar do estado. O recorte temporal se estende desde o ano de criação do IDEB, em 2007, até a sua mais recente edição, em 2019.

O texto está estruturado em quatro seções. Além da introdução, que conta como primeira seção do artigo, a segunda seção apresenta um panorama da etapa do Ensino Médio da Rede Estadual de Sergipe. Já na terceira seção, são apresentados e analisados os dados estatísticos de fluxo do Ensino Médio do Brasil, da região nordeste e de Sergipe, fazendo uma comparação dos dados entre as três esferas observadas, a fim de verificar a progressão nas taxas de fluxo do estado, como também um comparativo das variáveis de localização urbana e rural e das dez Diretorias de Educação. Na quarta seção, são apresentadas as considerações finais.

2 PANORAMA DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SERGIPE

O Ensino Médio tornou-se mais evidente nas políticas públicas para a educação com o advento da Constituição Federal de 1988. No artigo 208, está incerto que o Estado deve garantir a “progressiva universalização do ensino médio gratuito” (BRASIL, 1988).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, essa etapa de ensino deve ter duração mínima de três anos e deverá ter por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores. É o período de conclusão de uma escolarização de caráter geral.

Para atingir as finalidades trazidas na LDBEN e oferecer uma educação de qualidade, muitos programas, projetos e reformulações curriculares já foram propostos e implementados através do Brasil. Pois, com a Constituição Federal de 1988 o país ampliou a oferta de modo considerável, mas não garantiu a permanência e nem um currículo que traduza as reais necessidades do público-alvo, tão pouco superou a dualidade que o acompanha: formação propedêutica ou profissional (Programa Ensino Médio Inovador, 2009).

Pensando em flexibilizar os currículos e oferecer uma educação de qualidade e condizente com os anseios dos jovens e com as necessidades que a sociedade apontava, em 2009, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria 971, instituiu o Programa Ensino Médio Inovador. Tratava-se de uma proposta de articulação interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de conhecimentos, saberes, competências, valores e práticas. O objetivo era apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do Ensino Médio não profissional. Havia o desejo de contribuir, entre outros aspectos, para o enfrentamento da tensão dialética entre pensamento científico e pensamento técnico; entre trabalho intelectual e trabalho manual na busca de outras relações entre teoria e prática, visando instaurar outros modos de organização e delimitação dos conhecimentos. Assim, a proposta era estimular novas formas de organização das disciplinas articuladas com atividades integradoras, a partir das inter-relações existentes entre os eixos constituintes do Ensino Médio, ou seja, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Esse programa perdurou até 2019.

Em 2013, a Portaria 1.140 do MEC regulamentou outro programa voltado para esse etapa de ensino: o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Através dele, o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e distrital de educação assumiram o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuavam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas.

A reforma proposta com a Lei nº 13.415/2017 criou o Novo Ensino Médio e fomentou a implementação de escolas de Ensino Médio de Tempo Integral, consolidando-se como outro marco importante para a última etapa da educação básica. Essa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional (MEC, 2017).

Então, os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no Ensino Médio. Com eles é possível se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar.

O Novo Ensino Médio tem o objetivo de atender às necessidades e às expectativas dos jovens, fortalecendo o protagonismo juvenil na medida em que possibilita aos estudantes escolherem o itinerário formativo no qual desejam aprofundar seus conhecimentos (MEC, 2017).

A Portaria 331/2018 do MEC institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC, contribuindo para consolidar, na proposta do Novo Ensino Médio, um currículo que contemple uma formação geral, orientada pela BNCC e também itinerários formativos que possibilitem aos estudantes aprofundar seus estudos na(s) área(s) de conhecimento com a(s) qual(is) se identificam ou, ainda, em curso(s) ou habilitações de formação técnica e profissional. O objetivo é despertar maior interesse dos jovens em acessar a escola e, conseqüentemente, permanecer nele e melhorar os resultados da aprendizagem.

O Estado de Sergipe tem acompanhado o movimento nacional por mudanças no Ensino Médio com flexibilização do currículo no Ensino Médio Inovador, implementação das

escolas de Tempo Integral e ações efetivas para formulação do currículo para o Novo Ensino Médio com o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC.

Em 2017, considerando seus dados internos a partir dos índices das taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono) e proficiência nas avaliações internas organizadas pelos professores e Avaliações Externas (Avaliação Nacional da Alfabetização, prova Brasil e PISA) como indicadores da eficiência do processo de ensino e aprendizagem, a Secretaria de Estado da Educação instituiu a Portaria nº 6.864/2017/GS/SEED que estabeleceu diretrizes para implantação do Programa de Intensificação da Aprendizagem para alunos com baixo desempenho escolar.

O Programa consistia em ampliar as oportunidades de ensino e aprendizagem articuladas em formas e metodologias diferenciadas, com estratégias que proporcionassem intensificação dos estudos aos estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual com médias bimestrais inferiores a 5,0 (cinco).

Posteriormente, essa Portaria foi revogada pela Portaria nº 7.046/2018/GS/SEDUC que estabeleceu novas diretrizes para o Programa. Com nova denominação – “Estudos de Intensificação da Aprendizagem” -, trata-se de um detalhamento dos objetivos do Programa que é proporcionar atividades e metodologias diversificadas aos estudantes ao longo do bimestre, oportunizar avaliação substitutiva àqueles que não atingiram média 5,0 no bimestre, bem como da criação do Conselho de Classe.

Ainda pensando em melhorar a qualidade do ensino e tornar o ambiente escolar mais criativo e inovador, em 2018, com a Portaria nº 6.953/2018/GS/SEDUC, foi instituído o Programa Espaço dos Saberes, que tem por objetivo estimular a criatividade e a aprendizagem dos alunos através de formatos que possibilitem a inovação pedagógica e a colaboração de outros agentes formadores. A intenção do Programa é desenvolver nos estudantes habilidades e competências cognitivas e socioemocionais por meio de projetos, atividades e cursos inovadores, promovidos por agentes intra e extraescolares, conforme está inserido no artigo 1º da Portaria.

Art. 1º Instituir o Programa Espaços dos Saberes, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, com a finalidade de fomentar a implementação de projetos inovadores com a participação de agentes escolares e extraescolares, em Instituições de Ensino que integram a Rede Pública Estadual.

Parágrafo Único. O público-alvo do Programa Espaços dos Saberes são alunos matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino.

As propostas de cursos, atividades e projetos devem ser avaliadas pelo Departamento de Educação da SEDUC/SE, depois de apresentados nas unidades de ensino e validados pela respectiva Diretoria de Educação(DRE).

Segundo os dados apurados no Censo Escolar 2019, a Rede Estadual de Educação de Sergipe atende a 131.415 estudantes da educação básica, distribuídos por suas etapas e modalidades de ensino. Desses, 25.996 são estudantes do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, matriculados em 155 unidades de ensino operando em 50 dos 75 municípios, 43.887 são estudantes do Ensino Fundamental dos Anos Finais, matriculados em 210 unidades de ensino presentes em 67 dos 75 municípios e, 61.531 estudantes do Ensino Médio, matriculados em 173 unidades de ensino distribuídas em todos os 75 municípios da Federação. Do quantitativo de matrículas, 11.925 estão nas escolas de tempo integral. Dessas, 10.522 são de estudantes do Ensino.

A etapa do Ensino Médio responde, então, por 46,8% do total de matrículas na rede. Além disso, no percentual de matrículas por dependência administrativa, a Rede Estadual atende a 80,5% do público dessa etapa, enquanto a Rede Federal e a Rede Privada são

responsáveis por 2,4% e 17,1%, respectivamente. Portanto, é uma etapa da educação básica com enormes desafios no que se refere à oferta de um serviço eficiente e eficaz na formação de adolescentes e jovens.

Os dados mais recentes dos Indicadores Educacionais do MEC/INEP, 2019, apontam muitos obstáculos a serem superados. Segundo o indicador Complexidade de Gestão Escolar, a etapa de Ensino Médio tem 52% de suas unidades de ensino no nível 4 (porte entre 150 e 1000 matrículas, operando em 2 ou 3 turnos, com 2 ou 3 etapas, apresentando Ensino Médio/Profissional ou a EJA como etapa mais elevada), em uma escala que vai do nível 1 ao 6. Quanto mais próximo do nível 6, mais complexa é a sua gestão (INEP, 2019). Assim, mais da metade das unidades tem um universo bem diversificado para administrar.

Quanto ao corpo docente, o indicador Esforço Docente revela que o maior índice, 36,5% dos professores estão no nível 4 (docente tem entre 50 e 400 estudantes e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas) em uma escala que vai do nível 1 ao 6. Isso mostra que o corpo docente tem que lidar com uma dinâmica relativamente complexa de deslocamento e de realidades distintas dos discentes, o que lhes exigem planejamentos distintos e mais disposição física no desempenho de suas atividades.

Já em relação à Adequação da Formação Docente, 76,4% dos docentes estão no grupo 1 dentro de uma escala que vai de 1 a 5, em que o grupo 1 comporta o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma área da disciplina que leciona (INEP, 2019). É um dado bastante positivo, mas que precisa se refletir na qualidade do ensino ofertado.

Por fim, há o indicador de Regularidade Docente, que mensura a permanência do professor na mesma unidade de ensino: quanto mais regular é a permanência do docente na mesma escola, mais consistentes são as suas contribuições para a qualidade do ensino. O indicador possui uma escala com quatro níveis: Baixa, Média Baixa, Média Alta e Alta. Os resultados do estado com relação a esse indicador indicam que 70,24% dos professores se classificam no nível Média Alta (tempo médio de permanência de 2,5 anos nos últimos 5 anos), o que demonstra um tempo significativo de inserção dos docentes nas instituições de ensino que trabalham cotidianamente (INEP, 2019).

Quanto ao IDEB, principal indicador que mede a qualidade da educação básica pública e é composto pelos dados de rendimento da rede, colhidos pelo Censo Escolar, e pelos resultados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, há muito a progredir. Segundo o site do Qedu (2020), o governo federal instituiu, desde 2005, metas claras para indicar se educação básica do país está melhorando e avançando com qualidade, e tomou como referência o propósito de atingir até 2021 a nota 6.0, que é um patamar educacional correspondente ao de países desenvolvidos. Essas metas foram instituídas também para estados, municípios e escolas com o objetivo de mobilizar todas as instâncias envolvidas na oferta da educação para contribuir com o alcance dessa meta geral (QEdu, 2020).

Os dados apresentados no Quadro 1 demonstram que a etapa de Ensino Médio vem apresentando resultados inconsistentes no Ideb: ora avança, ora recua na nota alcançada. Em relação às metas que foram projetadas pelo Inep para o estado, em todas as edições, não se efetivaram.

Além disso, os dados mostram que, na última edição do Ideb, o estado obteve a nota 3,3, ficando a 1,1 pontos de distância da meta projetada e que no período de 12 anos avançou apenas 0,7.

Esses dados sinalizam o enorme desafio que Sergipe tem em pensar e executar estratégias que sejam capazes de impactar decisivamente na melhora das taxas de fluxo e desempenho dos estudantes e assim chegar ao patamar do que foi projetado para um Ensino Médio de qualidade.

Quadro 1 – Ideb alcançado e meta projetada – Ensino Médio

2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019	
Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta
2,6	2,9	2,9	3,0	2,9	3,1	2,8	3,4	2,6	3,7	3,1	4,2	3,3	4,4

Fonte: INEP/MEC (2019).

No que concerne à entrada dos estudantes no Ensino Médio, é importante ponderar que, no estado de Sergipe, mais de 50% deles chegam a essa etapa de ensino em defasagem idade-série, característica que tem reflexo nas taxas de fluxo por toda a etapa de ensino.

Quadro 2 – Taxas de distorção idade-série - 2019

Série	2017	2018	2019
1ª Série	55,9%	56,2%	52,4%
2ª Série	49,1%	49%	48,7%
3ª Série	42,7%	43,5%	42,9%

Fonte: INEP/MEC (2019).

Como visto, as taxas de distorção idade-série são bastante elevadas nas três séries e isso, conseqüentemente, tem colaborado com a construção de uma trajetória de insucesso escolar. Os dados demonstram que a 1ª Série é a mais desafiadora de todas, uma vez que apresenta as maiores taxas de defasagem idade-série nos três anos observados. Gradativamente, nas séries posteriores, essa taxa vai tendo uma leve queda.

Nos últimos três anos, o percentual geral de defasagem idade-série no Ensino Médio apresentou ligeira queda, de 51% para 48,7%. Entretanto, é preciso considerar que esse valor é bem superior à média nacional que foi de 26,2% em 2019 (Censo Escolar, 2019). Entende-se que os dados de distorção do estado são quase o dobro da média nacional, e evidenciam uma situação que requer muita atenção da Secretaria Estadual de Educação.

A busca pela qualidade da educação básica aparece na meta 7 do Plano Estadual de Educação: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria no fluxo escolar e na aprendizagem”. Nela foram projetadas metas para o Ideb, mas não especificamente para a taxa de fluxo (PEE, 2015).

Reduzir o percentual de estudantes em defasagem idade-série, melhorar as taxas de fluxo escolar e oferecer uma educação de melhor qualidade também são alguns dos objetivos do Planejamento Estratégico do governo estadual para o quadriênio 2019-2022.

Garantir a qualidade da Educação Básica e melhoria dos indicadores educacionais, em articulação com os municípios, com ênfase no acesso, na permanência, na alfabetização de crianças, jovens e adultos, na melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de todos os estudantes (SERGIPE, 2019, recurso online).

Para isso, através da Resolução 161 de outubro de 2019 do Conselho Estadual de Educação, foi instituído o Programa Estadual de Correção de Fluxo Escolar “Sergipe na Idade Certa” - ProSIC. O propósito do Programa é proporcionar aos estudantes em situação de defasagem escolar oportunidades diferenciadas de aprendizagem com metodologias e propostas pedagógicas que promovam autoria, protagonismo, autoconfiança e participação desses estudantes, permitindo a retomada do sucesso escolar.

Os estudantes são atendidos a partir da adesão da escola e, em virtude de sua demanda, eles podem permanecer em turmas regulares ou específicas para esse fim. Segundo relatório

do Serviço de Ensino Fundamental (SEF/DED, 2020), em 2019, o Programa atendeu 142 estudantes dos Anos Iniciais e 284 dos Anos Finais. No ano seguinte, esse quantitativo foi ampliado para 249 estudantes dos anos Iniciais e 2.446 estudantes dos Anos Finais. Embora o Programa seja direcionado aos estudantes da etapa do Ensino Fundamental, espera-se que esse programa impacte diretamente na redução do número de estudantes do Ensino Médio em defasagem escolar.

Com a cobertura de 100% dos municípios sergipanos, a oferta do Ensino Médio ficou garantida, mas melhorar a qualidade do serviço ofertado e a taxa de fluxo (aumentando aprovação e reduzindo reprovação e abandono) é um desafio que se impõe. Os dados dos indicadores suscitam formulações de políticas públicas que possam causar impactos na qualidade do ensino e nos resultados pretendidos.

3 ANÁLISE DO FLUXO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SERGIPE

O fluxo escolar é a trajetória do estudante durante sua vida escolar. Atualmente, no Brasil, ele é composto por três taxas: aprovação, reprovação e abandono. Desde os anos 1930, com os avanços estatísticos no campo educacional, a temática tornou-se bastante evidente e passou a influenciar e direcionar políticas públicas para a educação.

Para Gil (2018, p. 2),

(...) a existência de estatísticas de educação – especialmente de matrícula, frequência e reprovação, especialmente -, sistemáticas e de melhor qualidade após 1931, é determinante para a percepção dos educadores e gestores públicos daquele período acerca do que passa a ser considerado como “distorções” do percurso escolar dos alunos, dando ensejo a um debate que acentuava as deficiências do alunado como causa do fenômeno e que propunha ações no âmbito da política educacional para tornar o ensino mais eficiente, mas não necessariamente mais adaptado às necessidades do alunado.

Mediante as necessidades de entender melhor como essas taxas são calculadas e de que cada uma delas é composta, diversas metodologias foram criadas ao longo das últimas décadas.

O grande problema era como classificar o quantitativo de estudantes que não concluíam as séries/anos de ensino. Pois, para os que as/os concluem, os denominamos de aprovados e, para os demais, seriam tratados como reprovados ou evadidos (evasão e abandono). Assim, muitas metodologias estatísticas foram sugeridas e aplicadas, gerando taxas elevadas, ora em repetência, ora em evasão.

Ultrapassadas as questões de metodologias estatísticas, segundo Silva (2013), o grande problema do sistema educacional brasileiro é a repetência e a evasão. Melhorar as taxas de rendimento, aumentando aprovação e reduzindo reprovação e abandono é, então, um grande desafio que se impõe para o cenário da educação brasileira na busca pela universalização da conclusão da educação básica.

Esse é um desafio que também se faz presente no estado de Sergipe. De acordo com o Censo Escolar de 2019, as taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono), especificamente as do Ensino Médio da Rede Pública Estadual, revelam que muitos estudantes que chegam a essa etapa de ensino não a concluem. O Censo também nos traz a informação de que as taxas de abandono e reprovação são superiores às taxas nacionais. Quanto à taxa de aprovação, registrou um percentual inferior à média nacional, conforme evidencia o Quadro 3:

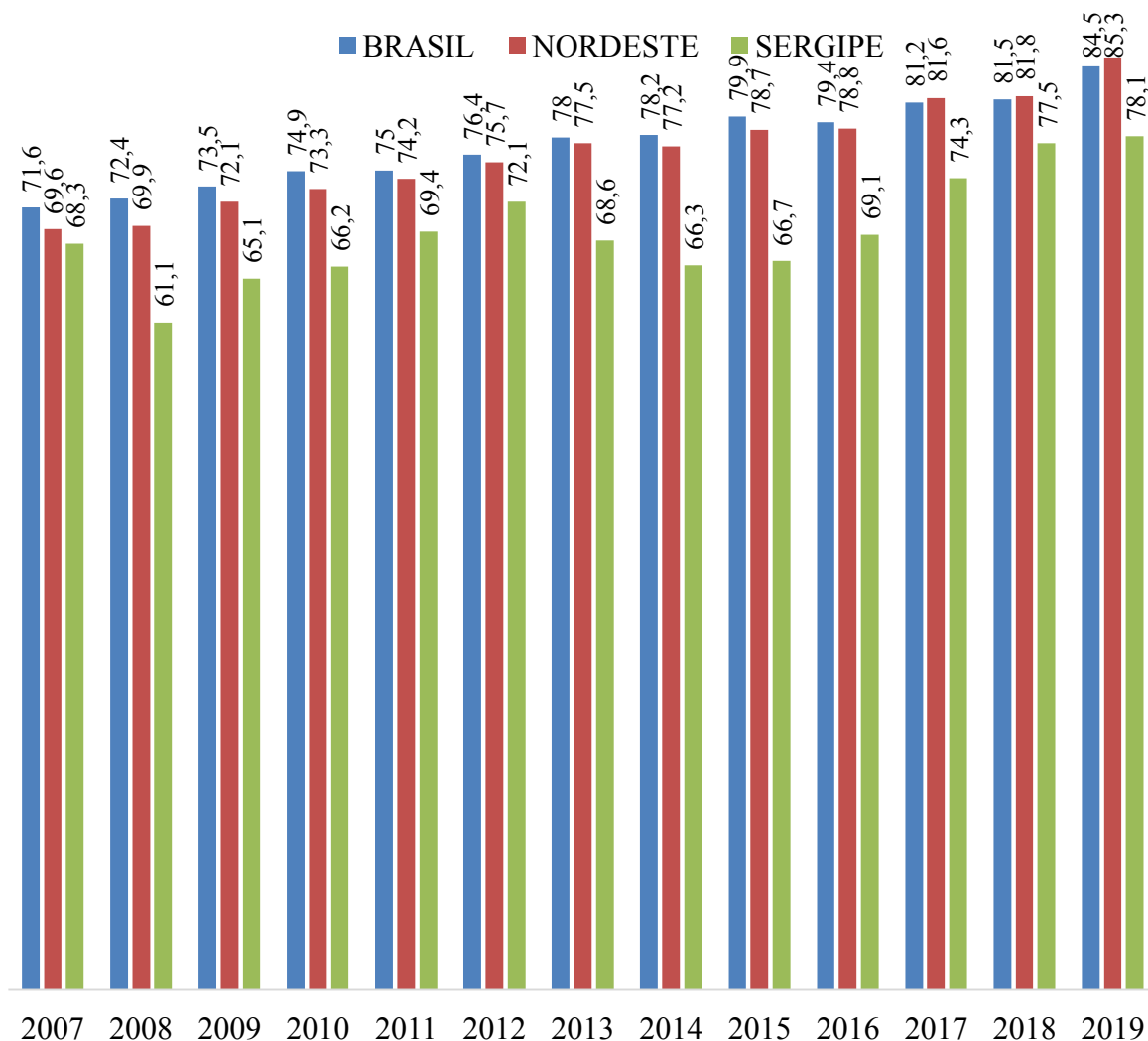
Quadro 3 – Taxas de Rendimento Sergipe e Brasil 2019

	Aprovação	Reprovação	Abandono
Sergipe	78,1%	14,2%	7,7%
Brasil	84,5%	10%	5,5%

Fonte: INEP/MEC (2019).

No recorte temporal de 2007 a 2019, conforme o gráfico 1, constata-se que a taxa de aprovação cresceu de 68,3% para 78,1%. Em pouco mais de uma década, o crescimento foi de quase 10%. Ainda assim, a versão oficial do Censo Escolar de 2019 contabilizou que mais de 21% dos estudantes sergipanos não alcançaram o sucesso escolar nessa etapa terminativa da educação básica.

Gráfico 1 - Taxa de Aprovação Rede Estadual Total - Brasil, Nordeste e Sergipe



Fonte: INEP/MEC (2019)

A taxa nacional de aprovação permaneceu crescendo regularmente. O mesmo ocorreu na região nordeste que se manteve em uma crescente quase que constante, exceto para o ano de 2014 que apresentou uma taxa de 77,2%, levemente inferior à taxa de 2013 que foi de 77,5%. Vale destacar que, entre 2007 e 2016, suas taxas eram inferiores às nacionais,

superando-as a partir de 2017, ano em que a região passou a ter resultados de aprovação mais expressivos do que a média nacional.

Já o estado de Sergipe teve uma evolução inconsistente por quase todo o período analisado e não superior à média de aprovação nacional ou da região nordeste. De 2007 para 2008, houve um declínio considerável de 68,3% para 61,1%. Entre os anos de 2009 a 2012, manteve um ritmo de crescimento constante, mas, em 2013 e 2014, desacelerou e voltou a cair. Em 2015 retomou o crescimento e o manteve até 2019, atingindo o percentual de 78,1%.

É importante considerar, também, que um olhar mais detido para os dados de rendimento em nível estadual mostram que esse dado não se manifesta de forma homogênea no território sergipano. O Estado conta com dez Diretorias de Educação - órgãos da Secretaria de Estado de Educação - distribuídas pelas microrregiões geográficas do estado.

Figura 1 – Mapa do estado de Sergipe dividido em Diretorias de Educação



Fonte: www.seduc.se.gov.br

Cada Diretoria de Educação contribuiu de forma diferente com essas taxas de aprovação do estado, fato que possibilitou a cada uma delas evoluir de modo distinto no decorrer do período em estudo. O Quadro 4 apresenta um panorama bem completo dos dados de aprovação das 10 diretorias nos últimos 12 anos.

Quadro 4 – Taxa de aprovação por diretoria de educação²

	DEA	DRE 01	DRE 02	DRE 03	DRE 04	DRE 05	DRE 06	DRE 07	DRE 08	DRE 09
2007	58,9	77,1	79,2	75,4	73,3	86,6	72,7	89	58,4	76,5
2008	53,7	70,4	69,4	62,9	66	81,2	69,5	82	53,6	63,1
2009	57,9	70,2	72,7	63,3	71,1	81,9	71,6	73,7	56,9	66,2

² Por falta de dados estatísticos produzidos sob a técnica da média ponderada para as diretorias de educação, no que se refere às taxas de rendimento, foi feito um cálculo com média simples a partir dos dados de rendimento produzidos pelo Inep de cada município que compõe as diretorias. Esse mesmo procedimento também foi realizado na confecção dos Quadros 4 e 5. Segundo Guimaraes (2010), para dados não agrupados, a média simples é calculada como o quociente entre a soma de todos os valores da variável e o número de observações envolvidas nessa soma. Para dados ponderados ou agrupados, os valores da variável devem ser ponderados pelos seus respectivos pesos ou frequências - nesse caso, a média é chamada de ponderada.

	DEA	DRE 01	DRE 02	DRE 03	DRE 04	DRE 05	DRE 06	DRE 07	DRE 08	DRE 09
2010	60,4	67	72,6	67	73	74	71,3	84,1	65,1	68,3
2011	66,2	73,7	72,1	70,5	74,2	81,7	74,9	83,5	67,1	76,9
2012	68	78,7	73,5	75	75,1	81,3	77	86,8	72,8	76,7
2013	66,1	74	70,6	71,7	64,8	73,6	78,6	82,3	69,2	68,6
2014	66,5	69,3	67,5	70,6	66,5	67,8	78,8	79,8	63,9	61,8
2015	67,3	70,1	66,9	66	66,7	69,6	74,9	80,3	65	65,4
2016	66	72,5	72,1	69,4	68,6	68,9	75	73,6	69,9	64,8
2017	78,5	75,2	77,9	77,6	71,2	79,9	78	82,7	67,8	71,8
2018	81,6	77,5	78,4	77,3	74,9	75,9	83	85,5	77,3	75,8
2019	80,2	76,6	82,8	78,4	80,8	79	84	85,7	77,2	77,9

Fonte: INEP/MEC (2019)

Em uma análise mais apurada dos dados do Quadro acima, percebe-se que a Diretoria de Educação de Aracaju (DEA) foi a diretoria que evoluiu de modo mais acelerado, saindo de uma taxa de aprovação de 58,9% para 80,2%. Foi um crescimento de 21 pontos, não continuado, mas de oscilações. Situação bem parecida, teve a Diretoria Regional de Educação 08 (DRE 08), que cresceu 19 pontos. Contudo, em 2019 não foram essas Diretorias que registraram a média mais elevada e, também, não superaram as médias de aprovação do Brasil e do nordeste.

A única DRE que atingiu a média de aprovação superior às nacional, regional e estadual, em 2019, foi a Diretoria Regional de Educação 07 (DRE 07). É preciso considerar, entretanto, que desde 2007 essa DRE já registrava uma altíssima taxa de aprovação de 89%, sendo a Diretoria que alcançou os melhores índices no intervalo analisado – com exceção do ano de 2009, que teve um resultado inferior à DRE 5. Os dados da DRE 07 demonstram, portanto, certa consistência nos resultados, ainda que seja possível perceber alguma oscilação no decorrer dos anos.

Segundo Lacruz, Américo & Carniel (2019, p. 8), as pesquisas científicas na área da educação têm apontado diversas variáveis extra e intraescolares que podem influenciar na eficácia escolar: atraso e abandono escolar, infra-estrutura, organização e gestão da escola, clima acadêmico, formação e salário docente, práticas pedagógicas, interesse do estudante, entre tantas outras.

Já a professora e pesquisadora Girlene R. da Silva³, fundamentada em estudos de John Hattie, destaca que 50% do desempenho do estudante depende de fatores externos ao seu interesse pessoal (professores e gestão).

Tendo em vista esse cenário, pode-se considerar que a DRE 07 está localizada na região do alto e médio sertão sergipano que agrega municípios que não têm os melhores indicadores socioeconômicos, portanto com muitos desafios que impactam no aprendizado a serem superados. Mas, tem uma complexidade de gestão menos desafiadora que as demais DRE's, pois apenas 4 (quatro) municípios são circunscritos a ela e é a diretoria que concentra o menor número de unidades escolares e de matrículas. Essas informações contextuais indicam, assim, que os fatores relacionados à gestão e às causas internas às escolas podem estar contribuindo para os bons resultados de fluxo nessa diretoria.

Ainda com base nos dados apresentados no Quadro 4, percebe-se que a Diretoria Regional de Educação 05 (DRE 05) registrou por cinco vezes, entre 2007 e 2012, taxa de

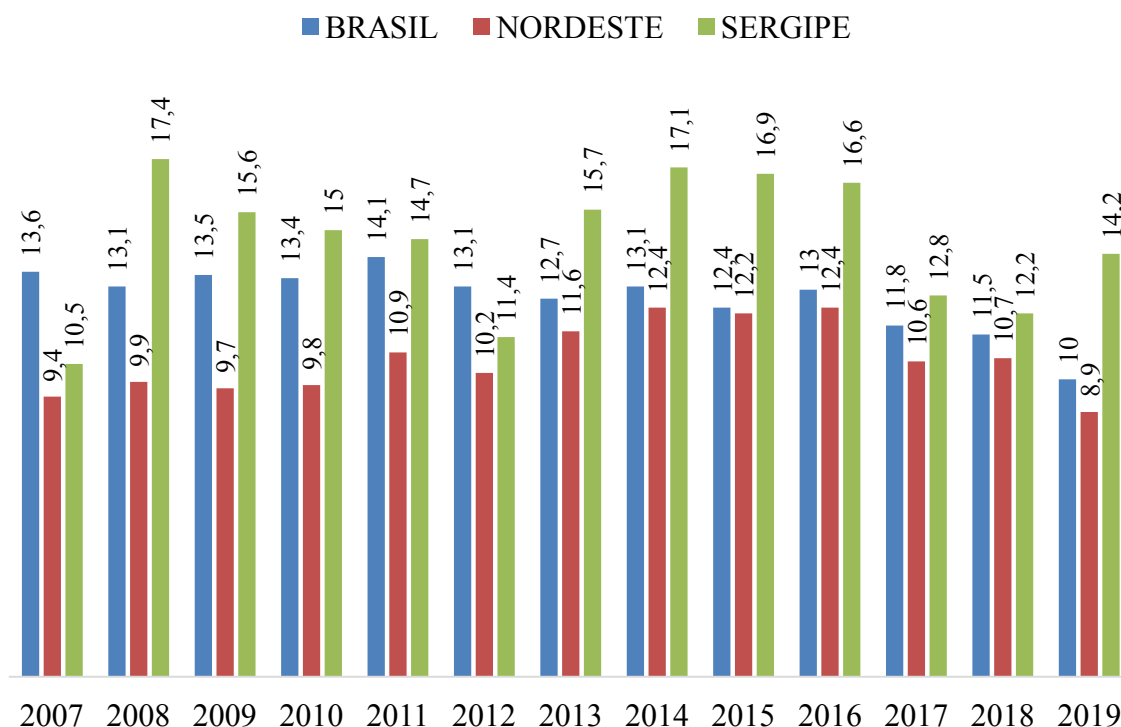
³ Apresentação Interativa, Curso de Especialização em Estatística e Avaliação Educacional, Módulo II, D3, Q4, 14 a 27 de set. 2020.

aprovação superior a 80%, mas de 2013 a 2019 ficou com índices inferiores a esse percentual. Além disso, esses últimos anos foram marcados por desacelerações e melhoras no percentual de crescimento, mas que não foram suficientes para elevar a taxa aos 80%, embora seja uma diretoria de porte similar à DRE 07 (pequeno porte e menor complexidade de gestão).

De modo geral, nos últimos anos da série observada, têm-se registrados melhores desempenho na taxa de aprovação. Isso sugere que as políticas nacionais e estaduais (Ensino Médio Inovador, Novo Ensino Médio, instituição do ensino em tempo integral, Programa de Intensificação da Aprendizagem, Programa Espaços dos Saberes e Campanha da SEDUC de mobilização para o SAEB) direcionadas ao Ensino Médio têm gerado resultados positivos.

Quanto à taxa de reprovação, o gráfico 2 demonstra que entre 2007 e 2019 o Brasil teve percentuais de reprovação que variavam entre 14,1% e 10%, oscilando constantemente, mas tendendo à redução. Já a taxa da região nordeste variou entre 12,4% e 8,9%, porém é importante mencionar que ela sempre esteve abaixo da média nacional. Por fim, Sergipe também registrou grande oscilação nos dados de reprovação, computando taxas que variaram entre 10,5% e 17,4% e se manteve sempre com resultados de reprovação mais significativos do que os nacionais e os da região nordeste, exceto em 2012, que foi inferior à média nacional.

Gráfico 2 – Taxa de Reprovação Rede Estadual Total – Brasil, Nordeste e Sergipe



Fonte: INEP/MEC(2019).

É notório que, com relação ao estado de Sergipe, em alguns momentos o número de reprovações teve uma redução significativa, mas, quando parecia que estava em declínio regular (2017 e 2018), essa taxa volta a crescer em 2019. Fato é que ainda se reprova muito nessa etapa de ensino na Rede Pública Estadual de Sergipe. Como reflete Ribeiro (1991, p. 18),

Parece que a prática repetência está contida na pedagogia do sistema como um todo. É como se fizesse parte integral da pedagogia, aceita por todos os

agentes do processo de forma natural. A persistência desta prática e da proporção desta taxa nos induz a pensar numa verdadeira metodologia pedagógica que subsiste no sistema, apesar de todos os esforços no sentido de universalizar a educação básica do Brasil.

Reduzir as reprovações é um objetivo que se almeja e, para isso, a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC tem desenvolvido ações nesse sentido, por meio das Portarias nº 6864/2017, nº 7048/2018 e nº 6953 e das ações do extinto NEPAC – Núcleo de Estudos, Pesquisas em Avaliação e Currículo, atual SEGSAE, que promoveu dentre outras formações:

- a) capacitação de Coordenadores e Técnicos Pedagógicos das Diretorias de Educação sobre as Avaliações externas;
- b) apresentação e análise das Portarias que definiam o SAEB, para os Serviços, Divisões e Núcleos do Departamento de Educação e Diretorias Regionais de Ensino destacando a importância do fluxo escolar na composição do IDEB;
- c) promoção do Ciclo Formativo 2018 (Encontros Pedagógicos de Formação para gestores escolares e representantes de professores, para análise dos dados do SAEB/IDEB e posteriores intervenções pedagógicas);

Nesse sentido, é possível levantar a hipótese de que a sistematização de ações de formação que o estado fez nos últimos anos possam ter impactado na diminuição da cultura da reprovação, que o próprio Ribeiro fala em “Pedagogia da Repetência” (1991).

Como ocorre com os dados referentes à aprovação, os dados de reprovação também não se manifestam de forma homogênea no estado de Sergipe. Cada unidade escolar que forma as diretorias de ensino e, por consequência, a rede estadual de ensino, tem sua quota de participação nessas taxas computada de forma singular. Sendo assim, a evolução de cada diretoria ocorre de modo distinto.

Quadro 5 – Taxa de reprovação por Diretoria de Educação

	DEA	DRE 01	DRE 02	DRE 03	DRE 04	DRE 05	DRE 06	DRE 07	DRE 08	DRE 09
2007	15,9	5,4	8,6	8,9	6,9	4,1	6,1	2,6	13,3	5,8
2008	24,8	8,4	14,5	16,7	14,8	8,8	8,6	7,6	16,3	16,7
2009	22,1	7,6	15,3	18,5	13,2	7,1	11	11,7	17,1	14,2
2010	21,9	11	14,9	13,2	10,6	12,6	7,9	3,2	11,8	12,6
2011	20,7	9,3	15,3	13,2	12,3	7,1	7,7	5	14,6	7,7
2012	19,3	3,7	13,9	8,5	11,9	6,4	5,7	5,6	8,1	8
2013	21,5	11,1	16,6	15,7	19,6	13,4	7,1	9	11,5	14,7
2014	22,2	13,1	18,6	14,6	15,2	18,5	7,1	9,5	13,7	18,4
2015	20,3	11,5	18,3	17,3	17,3	16	10,8	9,5	18,8	14,4
2016	21	11,6	15,8	16,8	18,3	18,7	12,2	14,9	15,4	19,5
2017	12,2	9	11,4	11,7	18,1	12,7	10,6	8,8	13,1	13,3
2018	11	10,4	13,2	14,3	14,3	16,1	6,9	5,7	10,4	11,9
2019	14,8	12,1	11,2	14,5	11,7	14,5	9,8	8,2	13	11,3

Fonte: INEP/MEC (2019)

Pelos dados do Quadro 5, pode-se inferir que a DEA é a diretoria com as taxas de reprovação mais elevadas. Iniciou a série histórica com 15,9%, a curva cresceu no ano

seguinte para quase 25% e computou por oito vezes taxa superior a 20%. A partir de 2017, verifica-se que o índice começou a ter uma queda acentuada nesse percentual e encerrou 2019 com 14,8% de seus estudantes reprovados. Evoluiu, mas é um índice bastante elevado, superior às médias do Brasil, da região nordeste e do Estado de Sergipe.

Sobre a DEA, é importante considerar que é a diretoria com a maior complexidade de gestão, apesar de ser constituída por apenas um município, a capital do estado. Ela reúne o maior número de unidades escolares e concentra o maior quantitativo de matrículas para essa etapa de ensino. Dessa forma, compreende-se que esse cenário pode ser determinante para aumentar o nível de complexidade de gestão das ações da DEA, para superar esse desafio da reprovação, que também demanda uma integração consistente das esferas de gestão regional com a própria gestão escolar e comunidade escolar.

Situação diversa tem a DRE 07. Na maioria dos anos, foi acumulando as menores taxas de reprovação e concluiu o ano letivo de 2019 com resultado inferior ao nacional, ao nordestino e ao sergipano. É, portanto, a diretoria com as maiores taxas de aprovação e as menores taxas de reprovação. Os resultados da DRE 06 são próximos aos da DRE 07. Em 2019, superou os índices nacional e estadual.

Situação que merece atenção é a da DRE 01. Iniciou a série histórica com taxas relativamente baixas e as manteve por alguns anos, mas a curva foi acentuada de forma crescente na metade do intervalo de tempo em análise. Em alguns momentos, os valores mais que duplicaram. Percebe-se que os efeitos das políticas educacionais nacional e estadual dos últimos anos não impactaram nessa diretoria com a mesma intensidade com que ocorreu em outras regionais de ensino.

Muita atenção deve ser dispensada aos índices de reprovação, pois ela desencadeia uma série de problemas a curto e longo prazos não só para a escola, mas para toda a sociedade. Sandini & Zuchinali (2016, p.2) destacam alguns desses problemas gerados com as reprovações. Podemos citar, entre eles, a desmotivação para o estudo, o abandono, a evasão, a desvalorização da escolarização pela família e há, ainda, os problemas a longo prazo e de extensão social, como a falta de qualificação para o desempenho de trabalhos específicos, a manipulação de pessoas com menos senso crítico e escolaridade, a dificuldade para a obtenção de bens e serviços por falta de conhecimento e inteligibilidade, dentre outros.

Além das reprovações, outro elemento que impede o fluxo escolar de acontecer a contento é o abandono da escola no decorrer do ano letivo. Mesmo com significativos avanços, o abandono escolar ainda é um fenômeno que afeta vários países do mundo, inclusive aqueles com alto desenvolvimento econômico.

No Brasil não é diferente. Esse fenômeno prejudica sobremaneira o percurso escolar regular de muitos estudantes por todo o território nacional, o que Queiroz (2004, p.15) corrobora com o entendimento de que o abandono escolar é um problema de abrangência nacional, não é restrito apenas a algumas unidades escolares.

O abandono escolar está entre os temas que historicamente fazem parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que, infelizmente, ainda ocupa, até os dias atuais, espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. O abandono escolar gera consequências de ordens social, educacional, cultural e econômica sérias que podem ser imediatas ou somente vistas no futuro. No entendimento de Costa (2017, p.2),

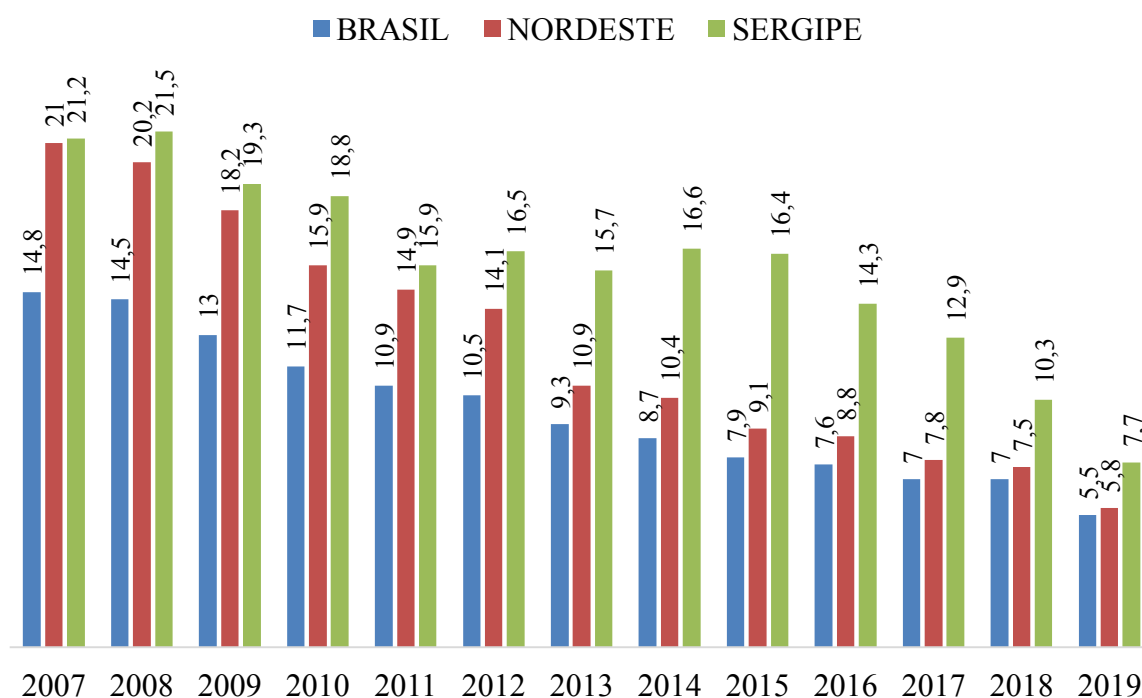
O abandono escolar não é só um problema social e educacional; ele é simultaneamente um problema econômico. Numa sociedade com graves problemas sociais e econômicos, muitos são os jovens que se veem 'empurrados' para a vida ativa[...]

Nicolella (2015) aponta a necessidade do jovem entrar no mercado de trabalho para reforçar o orçamento familiar ou para conquistar independência financeira, falta de motivação, baixa expectativa quanto ao retorno de seus estudos no futuro, escolas de qualidade baixa (segundo julgamento do estudante), infraestrutura das unidades de ensino, dificuldades para acompanhar os conteúdos, dificuldades nas relações interpessoais, questões familiares, entre outras, como causas relevantes para o abandono escolar no Ensino Médio.

Os dados relativos à taxa de abandono escolar, apresentados no gráfico 3, mostram que o Brasil manteve uma constante e consistente queda, saindo de 14,8% em 2007 para 5,5% em 2019. Mesma situação, porém com intensidade muito maior, vivenciou a região nordeste que saiu de 21% para 5,8%. Esse último resultado deixou o índice de abandono da região bem próximo à média nacional.

Quanto às taxas de Sergipe, ainda que de maneira inconstante durante todo o período analisado, caíram significativamente. Oscilaram entre 21,2% e 7,7%, mas se mantendo com índices mais elevados, tanto em relação à média nacional quanto à média da região nordeste.

Gráfico 3 - Taxa de Abandono Rede Estadual Total - Brasil, Nordeste e Sergipe



Fonte: INEP/MEC (2019)

Os dados apresentados no gráfico acima indicam que, ao longo de 12 anos, houve uma redução significativa do percentual de estudantes que abandonaram os estudos na última etapa da educação básica.

Alves e Nascimento (2017) e De Paula (2010) destacam o avanço nas políticas públicas que permitiram a expansão da oferta tanto no meio urbano quanto no meio rural, criação dos institutos federais, programas de cotas, programas de correção de fluxo, oferta de transporte escolar, distribuição de renda, busca ativa escolar, ações do Conselho Tutelar, distribuição de material escolar, entre outras, como essenciais para reduzir o abandono escolar.

O abandono escolar é um problema que precisa ser superado também no Estado de Sergipe. Em algumas diretorias de ensino a situação se mostra ainda mais delicada e desafiadora.

Quadro 6 – Taxa de Abandono por diretoria de educação

	DEA	DRE 01	DRE 02	DRE 03	DRE 04	DRE 05	DRE 06	DRE 07	DRE 08	DRE 09
2007	25,2	17,3	12,1	15,6	19,7	9,8	21	8,3	23,7	17,6
2008	21,5	21,1	16	20,3	19	9,8	21,7	10,2	30	20,1
2009	20	22	11,9	18,1	15,5	10,9	17,2	14,5	25,9	19,4
2010	17,7	21,8	12,4	19,6	16,3	13,3	20,7	12,6	22,9	19
2011	13,1	16,8	12,6	16,1	13,4	11	17,2	11,3	18,2	15,3
2012	12,7	17,4	12,4	16,3	12,9	12,1	17,2	7,5	19,9	15,2
2013	12,4	14,6	12,7	12,4	15,5	12,9	14,2	8,6	19,2	16,6
2014	11,3	17,5	13,8	14,7	18,2	13,6	13,9	10,6	22,2	19,7
2015	12,4	18,3	14,7	16,6	15,9	14,3	14,1	10,1	16	20
2016	13	15,7	12	13,7	13	12,2	12,7	11,4	14,7	15,5
2017	9,3	15,6	10,6	10,5	10,5	7,2	11,3	8,4	19	14,8
2018	7,4	11,9	8,2	8,2	10,7	7,8	10	8,4	12,2	12,3
2019	5	11,2	5,8	6,9	7,4	6,3	6,1	6	9,7	10,7

Fonte: INEP/MEC (2019)

Apesar de não ter ficado com o resultado de 2019 inferior aos índices de abandono registrados nas médias nacional, regional e estadual, a DRE 08 teve um avanço extraordinário, especialmente a partir de 2015. Percebe-se que é uma diretoria com um histórico de abandono escolar expressivo, chegando a registrar o percentual de 30% em 2008. Ao longo dos anos, esse percentual foi caindo não de forma linear, oscilando entre avanços e recuos, mas finalizou o ano letivo de 2019 com 9,7% de estudantes que abandonaram os estudos no Ensino Médio.

A DEA também evoluiu substancialmente, saindo de uma taxa de 25,2% em 2007 e chegando em 2019 com 5%. Construiu um histórico de queda quase contínuo, exceto pelos anos de 2015 e 2016 que apresentou um leve aumento. Com o índice alcançado em 2019, foi a única diretoria que superou as médias nacional, regional e estadual de abandono escolar.

Há que se considerar que os esforços empreendidos por essas duas diretorias para reduzir as taxas de abandono não foram pequenos. Somados a outros fatores, vale ressaltar que elas têm muitas de suas unidades escolares concentradas na região metropolitana que historicamente tem apresentado resultados de insucesso escolar em virtude de vários fatores associados. Para Menezes-Filho & De Leon (2003, p. 418),

A escolha do nível educacional e o desempenho na escola podem ser influenciados por diversos fatores: as condições socioeconômicas do estudante, a compatibilidade do estudo com a inserção no mercado de trabalho [...], as condições econômicas e sociais da região.

Na DRE 01, as taxas de abandono são altas e com flutuações para mais ou para menos entre 22% e 11,2%. Nos últimos cinco anos, vêm mantendo uma queda contínua, mas em 2019 ficou com o maior índice de abandono em relação às outras diretorias. Também não conseguiu superar as médias nacional, regional e estadual. As DREs 03, 04, 06 e 09 têm situação similar: taxas de abandono altas, avanços e recuos nas suas reduções, porém

somaram mais de 10 pontos de queda, cada uma ao longo do período observado. Contudo, ainda não foi suficiente para superarem as médias nacional, regional e estadual.

De modo geral, os dados demonstram que as políticas públicas vêm conseguindo melhorar o índice de abandono escolar no estado.

O estado, por meio da SEDUC/SE, sensível à necessidade de combater o abandono e evasão escolar, também aderiu, em outubro de 2018, à Iniciativa “Fora da Escola Não Pode!”, criada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com a União Nacional dos Dirigentes municipais de Educação – UNDIME, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS e o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, para identificar e reinserir crianças e adolescentes que se encontram fora das instituições de ensino, utilizando a estratégia da Busca Ativa Escolar.

A Busca Ativa Escolar trata-se de uma metodologia que permite ao poder público identificar crianças e adolescentes fora da escola e acionar diferentes serviços para fazer com que cada criança e cada adolescente esteja na escola.

Outro elemento analisado, quanto à questão do fluxo escolar do Ensino Médio no estado, diz respeito à localização das escolas. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população do estado de Sergipe era de 2.068.017. Desses, 1.520.366 viviam na zona urbana e 547.651 viviam na zona rural, representando 73,52% e 26,48% da população respectivamente.

Em 2019, Sergipe tinha 543.464 estudantes e desses, 79.425 eram matriculados em escolas da zona rural. Desse montante, apenas 3.426 foram estudantes do ensino Médio da Rede Estadual de Educação (INEP, 2019). Isso representou pouco mais de 5% do quantitativo de estudantes do Ensino Médio atendidos pela rede estadual de ensino sergipana.

Todavia, no intervalo do recorte temporal desse estudo, as matrículas do Ensino Médio na zona rural, cresceu em torno de 45%, conforme evidencia o Quadro 7.

Quadro 7 – Matrícula no Ensino Médio da zona rural de Sergipe

Ano	Matrícula
2007	2.400
2008	2.780
2009	2.825
2010	3.050
2011	3.205
2012	3.403
2013	3.298
2014	3.491
2015	3.627
2016	3.420
2017	3.370
2018	3.468
2019	3.426

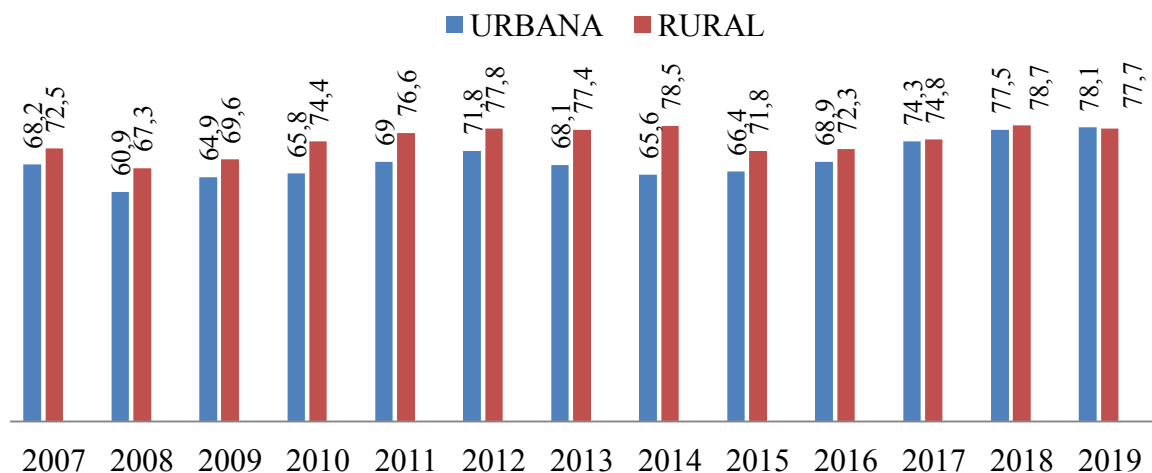
Fonte: INEP/MEC (2019)

Na comparação entre as zonas urbana e rural nota-se que as taxas de aprovação e abandono são mais elevadas na zona rural e que a taxa de reprovação é inferior à da zona urbana.

Com os dados trazidos no Gráfico 4, é possível verificar que a taxa de aprovação da zona rural variou de 67,3% a 78,5%, com momentos de oscilação entre avanços e recuos.

Percebe-se também que a zona rural obteve uma taxa de crescimento de mais de 11% nas aprovações e por quase todo o período registrou taxas superiores aos dados da zona urbana, exceto para o ano de 2019, que foi superado por ela. Resultado de um avanço mais acelerado da zona urbana a partir de 2016, momento em que também fica nitidamente evidente que as duas zonas se aproximam.

Gráfico 4 – Taxa de Aprovação – Sergipe Rede Estadual Urbana e Rural

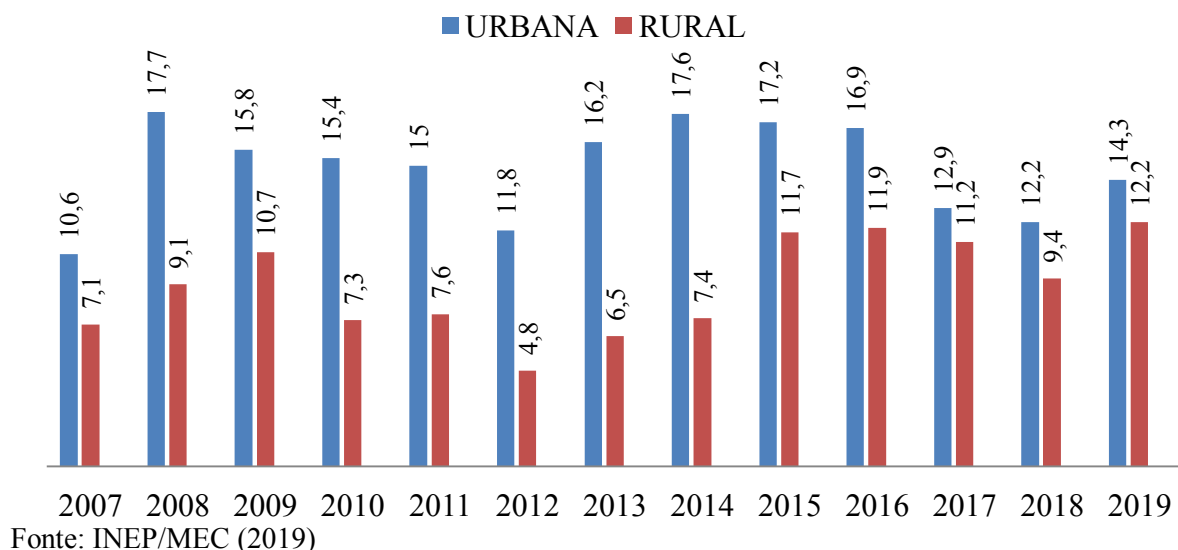


Fonte: INEP/MEC (2019)

Quanto à taxa de reprovação, a zona rural registrou um percentual que variou de 4,8% a 12,2%. Há uma irregularidade nos avanços e recuos, mas, até o ano de 2016, as escolas urbanas apresentaram resultados de reprovação bem superiores aos computados para a zona rural. Entretanto, desde 2017, o distanciamento entre as duas zonas vem diminuindo consideravelmente.

O Gráfico 5 complementa as informações trazidas anteriormente ao apresentar os dados relativos à taxa de reprovação no estado a partir da classificação em escolas urbanas e rurais.

Gráfico 5 – Taxa de Reprovação – Sergipe Rede Estadual Urbana e Rural

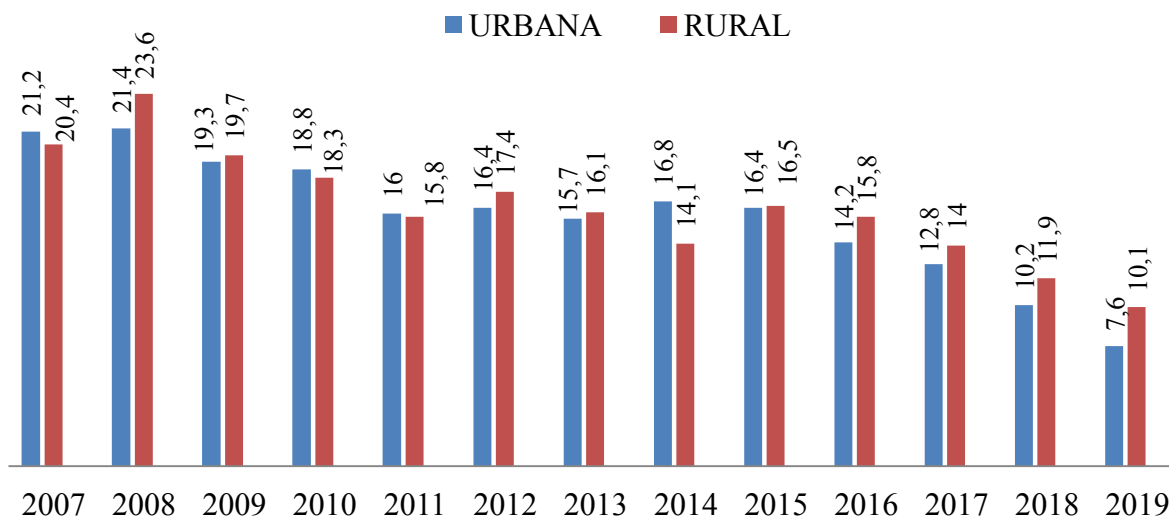


Fonte: INEP/MEC (2019)

Diferente dos distanciamentos que marcaram as taxas de reprovação, os dados trazidos no gráfico 6 revelam que a situação de abandono escolar registrada nas duas zonas são

similares. Contudo, a zona rural reúne os maiores índices de abandono, indicando, portanto, que os estudantes da zona rural abandonaram mais a escola que os estudantes da zona urbana. Mas, ao longo do período avaliado, conseguiu reduzir essa taxa em 50%.

Gráfico 6 – Taxa de Abandono – Sergipe Rede Estadual Urbana e Rural



Fonte: INEP/MEC (2019).

Diversos fatores comuns à zona urbana podem ser a causa do abandono escolar também no campo. Todavia, a zona rural tem suas peculiaridades que dão motivo ao abandono escolar. De Paula (2010) faz um alerta sobre os aspectos cultural e econômico. Como poucos são os que têm acesso à cultura, como cinema, teatro, etc., acabam por não dar valor à educação necessária e ao conhecimento. E, ainda, como não há uma valorização de sua mão de obra, o morador do campo acredita que para viver não necessita de muito estudo.

4 CONCLUSÃO

Atualmente, o acesso escolar no Brasil não é mais tratado como um problema, uma vez que o país avançou na universalização da oferta de ensino, inclusive na oferta do Ensino Médio. O grande problema do sistema educacional brasileiro passou a ser a repetência e o abandono. Nesse sentido, as políticas públicas para a educação implementadas no país precisam se voltar para a qualidade do ensino ofertado, a fim de garantir a permanência do estudante na escola e melhorar a taxa de fluxo. Esse é, então, um grande desafio que se impõe para o cenário da educação brasileira.

No que se refere ao Ensino Médio da Rede Estadual de Educação de Sergipe, não é diferente, uma vez que essa etapa da educação básica tem apresentado inconsistências nos seus resultados e indicadores. Mais de 50% (isso significa quase o dobro da média nacional) dos estudantes chegam a essa etapa de ensino com defasagem idade/série e a nota do último Ideb foi 3,3, ficando 1,1 abaixo da meta projetada, estando as taxas de rendimento aquém das médias dos resultados do Brasil e do nordeste.

Em pouco mais de uma década, o estado avançou quase 10 pontos percentuais na taxa de aprovação, saindo de 68,3% em 2007 para 78,1% em 2019. A redução na taxa de reprovação ocorreu de modo menos acelerado, em 3,7 pontos percentuais, e finalizou o ano letivo de 2019 com 14,2% de estudantes reprovados no Ensino Médio. Mais expressivo, foi o

avanço na taxa de abandono, saindo de um índice de 21,2% em 2007 para 7,7% em 2019, ou seja, uma redução de 13,5 pontos percentuais.

Cabe ressaltar que os avanços não ocorreram de modo homogêneo entre todas as Diretorias de Educação e que no comparativo entre a localização urbana e rural foi possível observar que essa zona tem desacelerado o crescimento das taxas de rendimento em detrimento daquela zona.

De modo geral, houve melhoras nas taxas de rendimento do estado de Sergipe. Isso sugere que as políticas públicas para a educação nacionais (Ensino Médio Inovador, Novo Ensino Médio, instituição do ensino em Tempo Integral e ações efetivas para formulação do currículo para o Novo Ensino Médio com o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC) e estaduais (Programa de Intensificação da Aprendizagem, Programa de Estudos de Intensificação da Aprendizagem, Programa Espaços dos Saberes, a Iniciativa Busca Ativa Escolar, a Campanha da SEDUC/SE de mobilização para o SAEB e capacitações para coordenadores e técnicos pedagógicos das Diretorias de Educação, gestores escolares e professores), direcionadas ao Ensino Médio, podem ter contribuído com os resultados positivos.

Contudo, mesmo com os avanços alcançados e acompanhando o que vem ocorrendo por todo o país, Sergipe está com as médias de fluxo abaixo da média nacional e da média da região nordeste e não há homogeneidade entre as Diretorias de Educação, tão pouco entre as zonas urbana e rural. A compreensão dos dados levantados suscitam formulações e intensificação de políticas públicas, levando em consideração a diversidade das regiões do estado e as peculiaridades da zona rural, que possam causar impactos significativos e consistentes na qualidade do ensino e nos resultados dos indicadores educacionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Nielsen Alves & NASCIMENTO, Hiata A. Silva do. Evasão Escolar no meio rural. Brasília. 2017. **Revista eixo**. V.6, n.2. ISSN 2238-5630. Disponível em www.revistaeixo.ifb.edu.br. Acesso em 04 de dez. 2020.
- BRASIL. **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a **Reforma do Ensino Médio**. Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 02 de dezembro de 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 03 de dezembro de 2020.
- BRASIL. Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009. Dispõe sobre a instituição do **Ensino Médio Inovador**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 05 de dezembro de 2020.
- BRASIL. Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Dispõe sobre a instituição do **Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 05 de dezembro de 2020.
- BRASIL. Portaria nº 331, de 05 de abril de 2018. Dispõe sobre a instituição do **Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 07 de dez. 2020.
- COSTA, Tânia Marisa Silva. **O Abandono Escolar no meio rural. Os jovens entre os dois saberes: Escola e Trabalho**. IV Congresso Português de Sociologia. Disponível em <https://aps.pt/wpcontent/uploads/2017/08/DPR462de7d2c3524>. Acesso em 18 de jan. 2021.
- DE LEON, Fernanda Leite Lopez; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. **Reprovação, Avanço e Evasão Escolar no Brasil**. 2003. São Paulo. Disponível: www.repositorio.ipea.gov.br. Acesso em 15 de fev. 2021
- DE PAULA, Juliane Aparecida. **Evasão Escolar no CE Ma Cintra de Alcantara**. 2010. PR. Disponível: acervo.digital.ufpr.br. Acesso em 15 de jan. 2021.
- FLETCHER, Phillip R.; RIBEIRO, Sérgio Costa. O Ensino de Primeiro Grau no Brasil de Hoje. **Em Aberto**, Brasília, v. 6, n. 33, p. 1-10, jan./mar. 1987.
- FLETCHER, Phillip R. **Pesquisa Nacional de Avaliação do Perfil Cognitivo da População**. IPEA. Brasília, DF. 1991.
- GIL, Natália de Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração e um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação (Online)**. 2018, vol. 23, e230037. Epub July 26, 2018. ISSN 1809-44X. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em 3 set. 2020.

GUIMARAES, Gilda. MAGINA, Sandra Magina. CAZOR, Irene. GITIRAMA, Verônica Gitirana. Concepções e concepções alternativas de média: Um estudo comparativo entre professores e alunos do Ensino Fundamental. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 2. 2010. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe2>. Acesso em 17 de jan. 2021.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>. Acesso em 15 de set. 2020.

KLEIN, Ruben; RIBEIRO, Sergio Costa. O Censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 197-198, 1991. p. 1 – 123.

KLEIN, Ruben. Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores do fluxo escolar da educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 84, n. 206-208, p. 107-157, 2003.

LACRUZ, Adonai J.; AMÉRICO, Bruno L.; CARNIEL, Fagner. 2019. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, ISSN 1413-2478 On-line, 2019. Disponível em www.Scielo.br. Acesso em 26 de mar. 2021.

MOREIRA, Camila. 2013. **Distorção idade-série na educação básica**. Disponível em: <https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos>. Acesso em 20 jul. 2020.

NICOLLA, Alexandre C.; NÓBREGA, Mariana C.; FERNANDES, Neimar da S.; SOARES, Tufi M. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. 2015. **Educ. Pesqui**, v.41. Disponível em www.Scielo.br/pdf. Acesso em 15 de dez. 2020.

Planejamento Estratégico do Governo de Sergipe. Disponível em www.se.gov.br. Acesso em 10 de dez. 2020.

Plano Estadual de Educação. Disponível em www.se.gov.br. Acesso em 10 de dez. 2020.

PONTES, Luís Fajardo. **Indicadores Educacionais no Brasil e no mundo: diversas faces da educação**. In: David, M. V. et al (Org). Avaliação e indicadores educacionais – Políticas públicas e escola. 1ª ed. Juiz de Fora: editora UFJF, 2012, v.2, p.65-85. Disponível em: <http://central.caedufjf.net/arquivos/indicadores-educacao.pdf>. Acesso em 27 jun. 2020.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em 09 jan. 2021.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudo. av.** vol.5. no. 12. São Paulo, maio/ago. 1991. p. 6-21.

SANDINI, Sabrina Plá & ZUCHINALI, Eliete. Reprovação no Ensino Médio: como mudar esta realidade?. IN: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. Cadernos PDE. ISBN 978-85-8015-093-3. Vol. I, Paraná, 2016.

SEDUC – Portal da Educação. Disponível em: www.seed.se.gov.br. Acesso em 12 de nov. 2020.

SERGIPE. Portaria nº 6864/2017, de 02 de agosto de 2017. **Programa de Intensificação da Aprendizagem**. Sergipe: SEDUC/SE, 2017.

SERGIPE. Portaria nº 7046/2018, de 16 de agosto de 2018. **Estudos de Intensificação da Aprendizagem**. Sergipe: SEDUC/SE, 2018.

SERGIPE. Portaria nº 6953/2018 de 13 de agosto de 2018. **Programa Espaço dos Saberes**. Sergipe: SEDUC/SE, 2018.

SERGIPE. Resolução nº 161, de outubro de 2019 do Conselho Estadual de Educação. Sergipe: CEE, 2019.

SILVA, Fernanda Scaciota S. da. **O fluxo escolar (ou) o percurso escolar (ou) a taxa de escolarização: entendendo os seus conceitos para o Brasil e para a França**, 2013. In: Educere. Disponível em: www.educere.bruc.com.br. Acesso em 21 set. 2020.

TAVARES Jr, Fernando. “**Exclusão no Brasil e a Educação: barreiras de acesso, fluxo e qualidade**”. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net>. Acesso em 23 out. 2020.